

## Hora do debate plural

Gaudêncio Torquato (\*)

É possível aferir avanços do processo civilizatório por meio de diversos elementos

Tecnologia, expansão do conhecimento, aumento do tempo de vida do ser humano, grau de conscientização da sociedade, entre outros. E um dos aspectos mais evidentes no seio das democracias, para medir seu grau de eficácia, é a racionalidade. Ao atingir uma boa pontuação no capítulo da racionalidade, um povo mostra que seu sistema de decisão ganha lógica, densidade, justiça. É quando o voto sufragado nas urnas, por exemplo, sai do coração e sobe à cabeça. Nesse caso, o eleitor evita a síndrome do touro, que pensa com o coração e arremete com a cabeça.

Esse intróito convida-nos a imaginar que grau civilizatório retrata a atualidade brasileira. De pronto, pode-se garantir que ainda não somos uma sociedade racional, eis que nossa cultura é intensamente banhada por torrentes de emoção. A gente brasileira é calorosa, vibrante, toma partido em tudo, e costuma decidir mais pelo coração do que pela cabeça.

Devemos convir, no entanto, que se expande por estas plagas o conceito de autogestão, praticado em muitas Nações, particularmente pela cultura anglo-saxã. Seu lema é: a pessoa define metas e objetivos e escolhe meios e formas para atingi-los. Nas últimas décadas, esse ideário tem ganhado força em nosso meio na esteira da organicidade social.

A sociedade brasileira, desde o final de 80, sob a égide de uma Constituição garantidora de direitos individuais e sociais, avançou na trilha da pressão sobre os Poderes, passou a criticar e a cobrar providências de dirigentes até chegar ao estágio mais recente - a mobilização social -, fenômeno que adquiriu força nos idos de 2013. A miríade de entidades intermediárias - gênero, minorias étnicas e raciais, defesa corporativa, categorias profissionais - deu mostras de força, indo às ruas, desfaldando bandeiras, levantando barricadas.

Chegamos, assim, ao atual momento, em que o país, dividido e polarizado, escancara a locução, quebra paradigmas, elege dirigentes sem usar as regras do velho jogo, enquanto contingentes agem de forma autônoma, não mais parecendo manadas de bois correndo no pasto. Concordem ou não, o país dá alguns passos na dire-

ção da racionalidade.

Por isso mesmo, não há mais condição de adotar práticas carcomidas: negociatas por baixo do pano, planos e projetos feitos a portas trancadas, burocratas plasmando reformas dentro de quatro paredes. A hora é do debate plural. A hora é de abertura das redomas. O ciclo que o Brasil atravessa exige total transparência.

Grupos nomeados por ministros ou secretários de Pastas, que se recusam a debater com a sociedade organizada projetados sob sua ordenação estarão sujeitos à execução social. O Brasil requer o jogo aberto de ideias, ponto e contraponto, verso e reverso. Quem se negar a entrar no novo tabuleiro do jogo será fatalmente condenado por absoluta desconexão com a realidade.

A propósito, algumas reformas estão nos laboratórios do Governo e do Congresso. Entre elas, em estágio final, a reforma da Previdência, que não merece entrar em lances de partilha ou nos ensaios de barganha dos congressistas. O país dela carece. E muito. Em elaboração está a reforma tributária. Todos os setores devem ser ouvidos. Não apenas a indústria.

Vejam o que diz o economista Raul Veloso: "A reforma tributária mexe com a tributação de setores da economia, aumentando a de uns e reduzindo a de outros. ...mas esta é uma reforma em favor da indústria e contra o setor de serviços". Também vem por aí a reforma sindical. Montou-se um Conselho do Trabalho, composto por tradicionais lideranças, mas se observa não haver participação de figuras representativas de novos segmentos da empregabilidade.

Esperemos, também, pelas reformas administrativa e política. A primeira só será eficaz se vestir o manto da racionalidade, com enxugamento de estruturas, ajustamento e treinamento de quadros, informatização e simplificação da burocracia, maior produtividade.

Já a reforma política, pelo menos no que diz respeito ao sistema de voto, precisa definir a melhor metodologia para encarnar a vontade popular. E todos esses ajustes não podem acontecer sem o crivo do cidadão. Afinal, ele é o verdadeiro dono do mandato dos representantes. Todo poder emana do povo. E em seu nome deve ser exercido.

(\*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação  
Twitter@gaudtorquato. Acesse o blog (www.observatoriopolitico.org).

# Para ministro, há indícios de milhões em propina a deputado

Na decisão em que autorizou medidas de busca e apreensão da Operação Grand Bazaar, contra o deputado Sérgio de Souza (MDB-PR), o ministro Celso de Mello, do STF, frisou haver "relevantes indícios" de que o parlamentar recebeu R\$ 3,25 milhões em propina quando foi relator da CPI que investigou fundos de pensão públicos

A Polícia Federal (PF) deflagrou a operação com o cumprimento de 18 mandados de busca e apreensão contra autoridades públicas, um empresário e um advogado.

As diligências foram cumpridas inclusive no gabinete de Sérgio de Souza, no Congresso e no escritório de advocacia de um dos investigados. O ministro disse ainda que a autorização para as buscas se estende aos veículos dos investigados. Ao autorizar as buscas, pedidas pela PF e avalizadas pela PGR, Celso de Mello destacou "a existência de relevantes indícios que denotam o recebimento, pelo parlamentar investigado, de pelo menos R\$ 3.250.000,00".

O dinheiro seria para que Sérgio de Souza blindasse o ex-presidente da Fundação Petrosbras (Petros), Wagner Pinheiro



Ministro Celso de Mello, do STF, autorizou 18 mandados de busca e apreensão.

de Oliveira, e o ex-presidente do Postalís, Antônio Carlos Conquista, evitando que ambos fossem convocados para depor na CPI, que funcionou por oito meses entre os anos de 2015 e 2016.

Celso de Mello ressaltou também que a PF e a PGR apresentaram indícios sobre uma "requintada engenharia financeira" para lavar o dinheiro, mediante a utilização de notas frias e empresas de

fachada no exterior.

O ministro determinou o bloqueio em bens até o valor de R\$ 3,25 milhões de seis dos investigados no esquema. Na mesma decisão, porém, Celso de Mello negou a prisão temporária de cinco dos investigados, incluindo os ex-presidentes do Postalís e do Petros. O ministro entendeu que os pedidos de prisão foram baseados "em elementos insuficientes, destituídos de base empírica idônea, revelando-se, por isso mesmo, desprovidos da necessária fundamentação".

Em nota divulgada pela assessoria do deputado Sérgio Souza, o parlamentar diz que foi "tomado de surpresa em relação à operação realizada". Souza ressaltou que está tranquilo e inteiramente à disposição da Justiça para elucidar qualquer fato que seja necessário (ABR).

## 'Estamos em guerra', diz presidente do Chile sobre protestos

Em meio à onda de protestos no Chile, o presidente Sebastián Piñera afirmou que o país está "em guerra" contra um "inimigo poderoso e implacável". Durante um encontro com a imprensa, o mandatário insistiu no caráter "organizado" das manifestações, afirmando que o "único objetivo" dos responsáveis é "causar o maior dano possível".

"Estamos bem cientes do fato de que [os protestos] têm graus de organização e logística típicos de uma organização criminal", disse Piñera, acusando os manifestantes de quererem "destruir a democracia" chilena. Os protestos começaram por causa de um aumento de 30 pesos (R\$ 0,20) no preço das passagens de metrô, já suspenso pelo governo, mas também miram a desigualdade econômica e o sistema de aposentadorias do país.

Piñera decretou estado de emergência e impôs toque de recolher na capital Santiago, além de ter colocado o Exército para patrulhar as ruas da cidade. Poucos dias antes, o presidente havia dito que o Chile era um "oásis" em uma América Latina "convulsionada". Cerca de 10 pessoas já morreram, a maioria delas carbonizadas em incêndios em lojas saqueadas. Cerca de 1,46 mil indivíduos foram detidos. As manifestações também interromperam serviços de transporte público e cancelaram voos no aeroporto de Santiago (ANSA).

## OCDE questiona Brasil por Lei de Abuso de Autoridade



Congresso brasileiro aprovou lei que pune abuso de autoridade.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) enviará uma missão de alto nível ao Brasil para cobrar que o país mantenha o comprometimento com a convenção da entidade sobre combate à corrupção. Segundo comunicado da entidade, a missão se reunirá com funcionários de alto escalão para "reforçar a mensagem de que a capacidade das autoridades públicas brasileiras de investigar e processar" envolvidos em propinas "deve ser preservada". A nota ainda lembra que o Brasil assumiu obrigações da Convenção da OCDE sobre o combate da corrupção de funcionários públicos.

Segundo a organização, ações tomadas recentemente pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário podem "afetar seriamente" a capacidade do Brasil de "cumprir plenamente suas obrigações" relativas à convenção. A OCDE cita a Lei de Abuso de Autoridade, aprovada pelo Congresso e que entrará em vigor em janeiro. O texto considera crime de abuso de autoridade decretar medida de privação de liberdade em

desconformidade com a lei, deixar de relaxar prisão manifestamente ilegal e deixar de deferir habeas corpus quando claramente cabível.

Além disso, criminaliza o constrangimento do preso para que ele produza prova contra si. "A aprovação de um projeto de lei que introduz uma definição excessivamente ampla de abuso de autoridade por juízes e promotores levaria a um desencorajamento significativo nos processos e investigações de combate à corrupção no Brasil e no exterior", diz a entidade.

O OCDE cita ainda a decisão do presidente do STF, Dias Toffoli, de interromper todas as investigações e processos criminais com base em relatórios do Coaf e de outros órgãos administrativos sem autorização judicial prévia. "O Grupo de Trabalho incentiva o Brasil a preservar seu quadro legislativo e regulamentar a respeito do combate à corrupção, bem como a capacidade total das autoridades públicas de investigar e processar a corrupção de funcionários públicos estrangeiros", finaliza o comunicado da organização (ANSA).

## Novo líder diz que há 'número forte' para reformas

O novo líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), afirmou que enxerga um consenso se formando entre os parlamentares a favor de "reformas estruturais", ao afirmar que há "números fortes" para aprovar propostas de grande porte, que devem se estender para 2020. "Junto com o benefício da reforma da Previdência, outras medidas importantes serão cobradas pela população para criar um ambiente de crescimento. O calendário não se esgota este ano, acredito que vamos ter trabalho também no primeiro semestre do próximo", afirmou.

Reformas como a tributária, a administrativa e a complementação da reforma da Previdência devem ser analisadas nos próximos meses. Gomes ponderou que ainda não há uma ordem definida para abordar cada um desses temas, e que isso vai depender da disposição que o Congresso seguir apresentando. "A próxima reforma vai depender dos presidentes da Câmara e do Senado, que fazem a pauta, e da percepção

dos líderes. A visão majoritária de prioridade só fica consistente depois. Mais do que isso seria tentar adivinhar".

Com a indicação de Eduardo Gomes, o MDB passa a chefiar duas das três lideranças do governo de Jair Bolsonaro no Legislativo — a única exceção é a liderança na Câmara, exercida pelo deputado Vitor Hugo (PSL-GO). O MDB também ocupa um ministério de Bolsonaro: o da Cidadania, chefiado pelo deputado licenciado Osmar Terra. Para Gomes, esse quadro não significa necessariamente um alinhamento do partido com a gestão de Bolsonaro.

O senador afirmou que a prioridade do MDB é se identificar com "políticas públicas fortes", e que a legenda passa por um processo de renovação. Segundo ele, ainda não há questão fechada sobre onde o MDB se localiza em relação ao governo. "Nisso estamos submetidos à deliberação do partido, que vai ocorrer no momento adequado. Essas decisões serão tomadas com os governadores, os prefeitos de capitais e os líderes", declarou (Ag.Senado).

## Autonomia do BC está na pauta de Comissão no Senado

Podese votado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado hoje (22), o projeto que garante autonomia para o Banco Central (BC). Apresentado pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM), fixa em quatro anos o mandato para os dirigentes do BC, com a possibilidade de uma recondução. Pela proposta, os mandatos do presidente e de sua diretoria se iniciarão no primeiro dia útil do terceiro ano do mandato do presidente da República.

Valério argumenta que, ao intercalar os mandatos, seria possível blindar o banco de pressões políticas advindas do Poder Executivo. "O que se pretende é garantir estabilidade aos dirigentes do BC, para que possam exercer de forma independente o seu papel de defender a moeda, de combater a inflação e garantir o poder de compra da população sem estar sujeitos às pressões. Ao contrário do que ocorre hoje, não pode ser substituído pelo Presidente da República por motivos políticos", defendeu.

Também está na pauta da Comissão projeto que proíbe a incidência do ICMS em ope-

## Cães, gatos e aves não devem ser abatidos pelo poder público



Senador Plínio Valério (PSDB-AM) é autor da proposta que garante autonomia ao BC.

rações de transferências de produtos entre estabelecimentos do mesmo dono ou contribuinte. O autor da proposta, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), aponta como exemplo de cobrança indevida os casos em que mercadorias de uma mesma rede varejista saem do depósito em um estado e vão para uma loja, da mesma rede, em outro estado. Outra proposta pronta para votação é o projeto do senador Romário (Podemos-RJ), que estende a isenção do IPI incidente sobre a compra de automóveis a todas as pessoas com deficiência (Ag.Senado).

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado pode votar amanhã (23) o relatório de Soraya Thronicke (PSL-MS) à emenda de Telmário Mota (Pros-RR) ao projeto proibindo que gatos, cães e aves sejam eliminados por órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos semelhantes. A única exceção à proibição do abate desses animais deverá se dar por eutanásia, nos casos de males, doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas incuráveis, que ponham em risco a saúde humana e de outros animais.

A eutanásia, quando não houver outra saída, deverá ser justificada por um laudo do responsável técnico pelo órgão de controle de zoonoses ou pelo estabelecimento. E também deverá ser precedida, quando for o caso, de um exame laboratorial. Os gatos, cães e aves poderão ser disponibilizados para resgate às entidades de proteção aos animais, ressalvados os que tenham doença infectocontagiosa incurável. As entidades de defesa dos animais também deverão ter acesso irrestrito à documentação comprovando a legalidade da eutanásia, nos casos em que não há outra alternativa.

Inicialmente o projeto proíbe o abate apenas de gatos e cães. A emenda de Telmário Mota, porém, defende que a adoção, pelo poder público, de práticas menos cruéis de manejo populacional de animais seja estendida também às aves. "Anualmente o Ibama apreende de centenas a milhares de aves, silvestres ou domésticas, que são mantidas em cativeiro ou submetidas a maus-tratos. Muitas delas não possuem condições de retornar à natureza e, muitas vezes, não há o interesse dos zoológicos em recebê-las. Nesses casos, os animais são submetidos à eutanásia. Como consideramos esta prática cruel e absurda, queremos que as aves também não sejam abatidas", argumenta Telmário (Ag.Senado).